REPÚBLICA PORTUGUESA | TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Intervenção do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Assembleia da República, 9 de maio 2019

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Entendeu o grupo parlamentar do BE que o tema de precariedade é um tema importante. Tão importante que é merecedor do agendamento de um debate de urgência nesta Assembleia.

A primeira e talvez mais importante mensagem do Governo neste debate é precisamente esta: afirmar uma profunda concordância com esta posição:

A precariedade é um tema da maior importância, não apenas para o mercado de trabalho, mas para a nossa sociedade no seu conjunto. E, muito em particular, para centenas de milhares de trabalhadores, para as suas famílias.

É por isso que o combate à precariedade tem sido e é uma das principais prioridades do Governo.

É por isso que o Governo aprovou e enviou para esta Assembleia, há quase um ano, uma Proposta de Lei que concretiza dezenas de medidas de combate à precariedade (e de recuperação da negociação coletiva), após um profundo e alargado debate na sociedade portuguesa.

É por isso que o Governo aguarda, com expetativa, a tradução desta prioridade, e de uma preocupação que acreditamos ser maioritária no país e também neste parlamento, em passos concretos e significativos para combater a precariedade.

Senhoras e senhores deputados,

É verdade que o mercado de trabalho português tem tido uma evolução muito positiva no período recente. Em 3 anos:

A taxa de desemprego baixou de 12,2% no último trimestre de 2015 para 6,8% no 1.º trimestre deste ano – recuando a níveis de 2004; e os dados mensais consolidados apontam para que esta taxa continue a baixar.

Nos dados mensais de que dispomos, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2019, há mais 359 mil pessoas empregadas em Portugal; menos 283 mil desempregados do que quando o Governo tomou posse; menos 47.000 jovens desempregados. Nos dados trimestrais, menos 58 mil desempregados jovens; menos 230 mil desempregados de longa duração; menos 72 mil inativos desencorajados,

Do ponto de vista qualitativo há hoje em Portugal menos 43 mil trabalhadores a tempo parcial do que há três anos. Menos 57 mil pessoas em situação de subemprego a tempo parcial. Menos mil pessoas em situação de trabalho familiar não remunerado. Menos sete mil trabalhadores independentes.

Pelo contrário: dos mais de 350.000 empregos líquidos criados ao longo dos últimos três anos, a maior parte são empregos permanentes. O rendimento salarial médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem subiu 8,2% em 3 anos. Quase 4 em cada 10 dos empregos líquidos criados têm remunerações acima dos 1.200 euros por mês.

A taxa de pobreza entre os trabalhadores desceu de 10,9 em 2015 para 9,7 em 2017. A desigualdade entre os 80% mais ricos e os 20% mais pobres desceu de 5,9 para 5,2.

Estes são resultados conseguidos graças a um significativo dinamismo económico e uma estratégia macroeconómica sólida e, desde logo, pela reposição dos rendimentos dos trabalhadores e famílias.

Resultados conseguidos, também, graças à reposição dos níveis de confiança de todos os agentes. Num quadro de estabilidade e previsibilidade assente num diálogo permanente com os Parceiros Sociais.

E com mudanças claras face à estratégia do empobrecimento da direita e um cumprimento escrupuloso dos compromissos assumidos.

Mudança nas políticas ativas. Hoje claramente orientadas para a promoção do emprego estável e de qualidade.

Mudança no salário mínimo nacional, com um aumento nominal de quase 19% em quatro anos. Um aumento que não só não prejudicou a economia, ao contrário do que muitos ameaçaram; como, afinal, ajudou à recuperação dos rendimentos, à recuperação da confiança e ajudou a corrigir as desigualdades salariais e a pobreza no trabalho.

Mudança no regime dos trabalhadores independentes. Com um novo regime contributivo e melhor proteção social.

Mudança também na contratação coletiva, que passaram a defender e promover a negociação coletiva em vez de a destabilizar e desvalorizar. Com a reposição da extensão administrativa das convenções, e em tempo útil.

É este o ponto do caminho em que nos encontramos.

Mais emprego. Mais emprego a tempo inteiro e com contratos permanentes. Melhores salários. Melhores horizontes de qualificação e progressão profissional.

Mas não podemos deixar de o dizer. E de o sublinhar. Apesar de todos os progressos alcançados nos últimos três anos, Portugal continua a ter níveis de precariedade significativos. O peso dos contratos não permanentes desceu de 22,2% no 4.º trimestre de 2015 para 21,3% no 1.º trimestre deste ano.

Mas não é suficiente. Não é suficiente para a importância desta questão. Não é suficiente para o que ambicionamos.

E por isso termino por isso como comecei.

Afirmando a importância e a urgência deste debate. Afirmando a importância e urgência de aprovar medidas concretas e capazes de continuar a mudar o mercado de trabalho em Portugal.

Com capacidade para enfrentar os problemas que temos sem pôr em causa a capacidade para criar emprego e emprego de qualidade. Em particular para os jovens. Em particular combatendo as formas mais gravosas de precariedade.

Com capacidade, também, para reforçar a negociação coletiva, e o diálogo social.

Com capacidade para garantir amplos apoios na sociedade portuguesa para uma agenda de promoção da qualidade do emprego.

É esta a expetativa da sociedade portuguesa, e do Governo.